A estrutura da PSN02

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A MAS Notice PSN02 está organizada na mesma sequência de todas as demais notices de PLD/FT (AML/CFT) da Monetary Authority of Singapore (MAS), da notice do Banking Act (MAS Notice 626) às notices para intermediários do mercado de capitais, trust companies e seguradoras. Quem conhece uma conhece o esqueleto de todas. A notice começa com definições e âmbito de aplicação, enuncia os princípios subjacentes, exige uma avaliação de riscos em toda a organização e uma abordagem baseada em risco e trata de novos produtos e tecnologias. Em seguida, disciplina a due diligence de clientes (customer due diligence, CDD) em três níveis (padrão, simplificada, reforçada), seguida da confiança em terceiros, das transferências de valor, da guarda de registros, dos dados pessoais e da comunicação de operações suspeitas. Termina com políticas internas, compliance, auditoria e treinamento.[1] A estrutura é tanto pedagógica quanto regulatória. Ela indica ao responsável de compliance a ordem em que a MAS espera que a empresa raciocine.

Duas características distinguem a PSN02 das notices congêneres. Primeiro, ela se aplica a toda transação com DPT (digital payment token, token de pagamento digital), qualquer que seja o valor. O limite de S$ 20.000 para transações ocasionais, abaixo do qual a PSN01 permite que um prestador de serviços de pagamento atenda um cliente avulso sem CDD completa, não tem correspondente na PSN02. Um

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

prestador de serviços de DPT que realize qualquer transação para um cliente com quem não tenha relação de negócios estabelecida deve realizar a CDD desse cliente antes da transação.[2] A MAS adotou essa posição em 2019, indo além do piso do GAFI (FATF) de USD/EUR 1.000 para transações ocasionais com ativos virtuais, com o raciocínio de que o pseudonimato das transferências de DPT transformaria qualquer limite em um convite ao fracionamento. Segundo, os requisitos de transferência de valor (a travel rule) aplicam-se a todas as transferências de DPT, novamente sem mínimo, com um conjunto de informações mais leve abaixo de S$ 1.500. O Capítulo III trata dessa regra.

A consequência para os modelos de negócio é severa e intencional. Um quiosque de DPT, uma mesa de balcão (over-the-counter) ou uma interface de swap não custodial que deseje atender clientes anonimamente abaixo de um limite não tem espaço em Singapura. Todo cliente é um cliente conhecido. As empresas que chegaram a Singapura vindas de jurisdições com regra de minimis, entre elas a Suíça, com seu limite de CHF 1.000 para operações de câmbio, tiveram de redesenhar seus fluxos de onboarding em conformidade (ver Parte F, Capítulo III, para a regra suíça).

Notas

1. MAS Notice PSN02, Prevention of Money Laundering and Countering the Financing of Terrorism – Digital Payment Token Service, estrutura dos pars. 1–17, conforme revisada; a sequência espelha a MAS Notice 626 para bancos e a MAS Notice SFA04-N02 para intermediários do mercado de capitais. ↩
2. MAS Notice PSN01, par. 6 (gatilhos de CDD, incluindo o limite de S$ 20.000 para transações ocasionais em serviços de pagamento especificados); MAS Notice PSN02, par. 6 (gatilhos de CDD para serviços de DPT, sem limite monetário); MAS, Response to Feedback Received on the Proposed AML/CFT Notices under the Payment Services Act, 5 de dezembro de 2019. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com